



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



FATORES INTERNOS QUE LEVARAM A ALTERAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE BRASILEIRA.

LUCIANO EDUARDO MORELLO POLAQUINI;

UNIVERSIDADE SÃO MARCOS

SÃO PAULO - SP - BRASIL

luciano.polaquini@smarcos.br

PÔSTER

COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS E PREÇOS AGRÍCOLAS

FATORES INTERNOS QUE LEVARAM A ALTERAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE BRASILEIRA.

Resumo - Esse texto apresenta dos dois mecanismos implementados pelo governo federal na busca de favorecer a abertura de novos mercados para a produção de carne bovina brasileira, destaca-se a formação do Mercosul e a adoção da rastreabilidade. Busca-se com isto evidenciar que os investimentos realizados na década de 1970 e a abertura comercial, alteraram o sistema de produção brasileiro, bem como a forma de comercialização no setor de bovinocultura de corte. A base de dados é composta por levantamentos censitários do IBGE e Anuários Estatísticos do Crédito Rural Brasileiro. Como consequência da alteração dos indicadores de produção na bovinocultura de corte a partir da década de 1970, ocorre uma mudança de estratégia de comercialização, evidenciando que os processos desencadeados pelo governo federal, como o Mercosul e a rastreabilidade produziram novas dinâmicas no setor de carne bovina brasileira. Toda esta alteração no processo de produção e comercialização culminou por elevar o consumo interno e a exportação de carne bovina.

PALAVRAS-CHAVE: alianças mercadológicas, associações, bovinocultura de corte, exportações, Mercosul.

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi o responsável pelo início da modernização na pecuária bovina de corte - décadas de 1970 e 1980 (BELIK & PAULILO, 2001). e manteve investimentos ao longo da década de 1990 nas finalidades de investimento, custeio e comercialização (POLAQUINI, 2004). Portanto, é possível inferir que a pecuária bovina de corte foi pressionada a alterar o seu padrão técnico-produtivo em dois momentos, primeiro com a injeção de capital pelo SNCR, como citado anteriormente; e segundo em função da abertura comercial iniciada no ano de 1990.

A abertura do mercado brasileiro provocou alterações profundas na agropecuária de forma geral, forçando as cadeias produtivas a buscarem alternativas para que fossem mais competitivas nesse novo cenário.

O governo federal adotou medidas que favoreceram a abertura de novos mercados para a produção brasileira, entre elas se destaca a formação do Mercosul (iniciada em 1991) e a adoção da rastreabilidade (em 2002) para o rebanho bovino e bubalino. Que somadas a outros fatores implementados pelos produtores rurais, empresas processadoras (frigoríficos, fábricas de embutidos, entre outras) e demais participantes da cadeia da carne, culminaram por melhorar a eficiência no sistema de produção e comercialização de bovinos no Brasil.

MÉTODOLOGIA

A base de dados é composta dos levantamentos censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Anuários Estatísticos do Crédito Rural Brasileiro. Os valores estão expressos em dólares, e toneladas de produção e comercialização Brasil - Mercosul, no período de 1992 - 2003.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mercosul

O Mercosul evoluiu a partir de um processo de aproximação econômica entre Brasil e Argentina, iniciado em meados dos anos oitenta, e em 26/03/1991 foi firmado o Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para constituição do Mercado Comum do Sul – Mercosul. E tem como objetivo a conformação de um mercado comum entre os países envolvidos por meio de: a) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; b) eliminação das restrições incidentes sobre o comércio recíproco; c) estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC); d) adoção de políticas comerciais comuns face a terceiros países; e) coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais (REVISTA DEL MERCOSUL, 2001).

Este desencadeamento de acordos firmados entre os países membros do Mercosul, acabou impactando todo o sistema de produção de bovinos de corte no Brasil, principalmente nos setores de comercialização, sanitário e técnico-produtivo.

Mercosul: relações comerciais de grande importância

A criação do Mercosul tem se mostrado um fato positivo, na opinião de pecuaristas e agricultores do Brasil, que julgam produtiva a constituição de um mercado comum do cone sul, mas também são unânimes as reivindicações de redução da carga tributária, assim como se repetem, as críticas aos empresários que não têm apresentado empenho na obtenção de ganhos de produtividade (BRANDÃO et al. 1998).

Segundo CARVALHO (1999), a maior eficiência brasileira no comércio Intra-Mercosul, pode ser observada pelas diferenças ocorridas no ritmo de crescimento das exportações e importações, quando comparadas com o resto do mundo. Tomando-se por base o ano de 1992, primeiro ano após o Tratado de Assunção, verifica-se que as receitas das exportações brasileiras destinadas ao Mercosul cresceram 117% até 1998. No mesmo período, as exportações para o resto do mundo tiveram expansão de apenas 31%, isso

significa que o crescimento das exportações para o Mercosul foi 3,5 vezes o das exportações para o resto do mundo.

No caso das importações, a diferença de desempenho foi maior ainda, pois o valor de compras no Mercosul foi igual ao dobro das compras realizadas no resto do mundo. Entre 1992 e 1998, verificou-se uma expansão de 323% nas despesas realizadas no Mercosul e 163% nas realizadas no resto do mundo (CARVALHO, 1999)

O Mercosul e a pecuária brasileira

Segundo PINAZZA & ALIMANDRO (2000), no Brasil, a fase inicial da modernização da pecuária de corte ocorreu em meados da década de setenta com a implementação de programas de crédito subsidiados.

Por sua vez a década de noventa, foi uma etapa de choque para o sistema agro-industrial da pecuária de corte. Acirrou-se a competição no mercado de carnes, por um lado ocorreu implemento na produção de frangos e suínos (que afetou o mercado de carnes bovinas de forma direta, com o frango ganhando amplo espaço nos hábitos alimentares dos brasileiros, assim como o suíno), e por outro, a abertura do mercado brasileiro, forçou os pecuaristas brasileiros a buscarem melhora nos seus índices produtivos, para competir, sobretudo, no Mercosul, lembrando que a Argentina, e o Uruguai, parceiros da aliança, são mais “eficientes” na produção de carne tipo exportação.

Ao considerar, somente as exportações de carne classificadas para a Cota Hilton, observa-se a superioridade da Argentina em fornecer ao mercado europeu carnes nobres. Um dado que mostra este enfrentamento comercial, é que no ano de 2002 a Argentina elevou em mais 10.000 t o valor da sua Cota Hilton, aumentando assim a quantidade a ser exportada para a comunidade européia (passando a possuir com isso uma cota de 38.000 t em equivalente carcaça), ao passo que a cota brasileira é de apenas 5.000 t.

Num mundo em que as barreiras comerciais tradicionais têm sido removidas mais rapidamente que no passado, a busca de competitividade tem sido a tônica para a sobrevivência de qualquer atividade econômica nos mercados globalizados.

Destaca-se que na década de 1990, ocorreram muitos fatores concorrenciais que favoreceram o desenvolvimento do setor de carnes no país, não sendo somente a implementação do Mercosul responsável pela “modernização” do setor. Foram desenvolvidas novas tecnologias por centros de pesquisas, e o mercado vem passando por uma profissionalização que vai desde os fornecedores de insumos até o varejo, visando atender diversos nichos de mercado, tanto nacionais quanto internacionais.

Pode-se dizer em função de tudo o que foi abordado que o Mercosul serviu de estímulo para que o setor produtivo de carne no Brasil buscasse ser mais competitivo, porém o governo brasileiro implantou recentemente o processo de rastreabilidade para a pecuária bovina e bubalina, medida que visa atender as exigências do mercado externo.

RASTREABILIDADE

Questões globais, como segurança de alimentos e barreiras técnicas de proteção de mercados, levaram a criação de mecanismos de avaliação da conformidade de produtos, processos, sistemas, insumos e serviços nas diferentes cadeias de produção.

Diante de crises alimentares como a encefalopatia espongiforme bovina (EEB), dioxinas e Organismos Geneticamente Modificados (OGM), principalmente a União Européia, passou a exigir garantias de seus fornecedores quanto à origem e processos de produção de alimentos (SCHWARTZ et al., 2003).

Através do Regulamento (CE) n° 820/97, do Parlamento e do Conselho da União Européia, posteriormente substituído pelo n° 1760/2000, e regulamentado pelo Regulamento (CE) n° 1825/2000 se estabeleceu um sistema de identificação e registro de bovinos e de rotulagem da carne e de produtos cárneos, tornando factível a rastreabilidade ao longo da cadeia de suprimentos. Estes sistemas se aplicam tanto aos países da União Européia (UE), quanto aos seus fornecedores de produtos cárneos. Desde julho de 2002 todos os países terceiros que exportem para aquele mercado, devem adotar um sistema de rastreabilidade, compatível com tal legislação (SCHWARTZ et al., 2003).

Com vistas à adequação do mercado brasileiro de carnes a essas exigências, o MAPA, em 2002, cria o SISBOV¹, que é um conjunto de ações, medidas e procedimentos adotados para caracterizar a origem, o estado, a produção e a produtividade da pecuária nacional e a segurança dos alimentos provenientes dessa exploração econômica, possui como objetivos: identificar, rastrear e monitorar, individualmente, todos os bovinos e bubalinos nascidos no Brasil ou importados. Essas normativas se aplicam a todo o território nacional, em propriedades rurais, às indústrias frigoríficas e as entidades credenciadas pelo MAPA, como as certificadoras.

Portanto, a rastreabilidade está associada a qualidade do processo de um produto. O produto é passível de ser rastreado quando seu processo produtivo pode ser visualizado por inteiro, etapa a etapa, constatando suas características. Isso pode ser facilitado por sistemas de identificação, e padronização estabelecidos por agentes da cadeia produtiva. Esses sistemas podem ou não utilizar tecnologia de informação, como código de barras, “scanners”, radiofrequência, satélites, computadores, protocolos para troca de informações via EDI ou internet (IEL et al., 2000).

A construção da rastreabilidade envolve ações de controle à produção alimentar, que vai desde o produtor até o consumidor final, ou seja, é um conceito que tem impacto tanto nos profissionais e empresas do setor, como nos consumidores.

Pode-se observar como o setor vem respondendo aos estímulos recebidos através dos volumes de exportação da carne brasileira.

Exportações Brasileiras

O país possui o maior rebanho bovino comercial do mundo: em 2 milhões de propriedades, a pecuária de corte ocupa 2 em cada 3 hectares empregados em atividades rurais. Estima-se que a cadeia (insumos, produção animal, indústria e comércio de carnes e couros) empregue diariamente 7,2 milhões de pessoas e produza um dos principais alimentos da dieta dos brasileiros. O país abate cerca de 35 milhões de cabeças anualmente (SECEX/MDIC), movimentando perto de R\$ 12 bilhões, se somadas as receitas com cortes de carne, couro, miúdos e outros subprodutos. (REVISTA DBO RURAL, 2002)

Desde a mudança da política cambial nos primeiros meses de 1999, o Brasil vem ganhando espaço no mercado internacional de carne bovina e seus derivados, contudo as exportações brasileiras represaram apenas 14,8% da produção nacional no ano de 2003 (SECEX/MDIC).

Observa-se na Tabela 1 que entre os anos de 1990 e 1993 ocorreu um crescimento da ordem de mais de 240% em termos de faturamento em dólares, chegando a soma de US\$ 578.464 mil.

¹ Instrução Normativa n.1, de 10 de Janeiro de 2002; Instrução Normativa n.21, de 26 de Fevereiro de 2002 e Instrução Normativa n.47, de 31 de Julho de 2002. (CERTIFICADORA, 2002)

Na Tabela 1 é possível observar ainda que entre os anos de 1994 e 1997 ocorre uma redução no crescimento das exportações, ratificando que nesse período a economia interna passava por uma fase de crescimento, e de estabilidade monetária obtida através do Plano Real, e o mercado consumidor passou a demandar mais alimentos, ou seja, a estabilidade trouxe ganhos monetários para a população que automaticamente aumentou o consumo, inclusive o da carne bovina. Este fato e a paridade cambial podem ter provocado uma redução nos volumes destinados à exportação.

Outro dado evidenciado pela Tabela 1 é que somente a partir de 1996 ocorre um crescimento da ordem de mais de 220% nos valores obtidos com a exportação de carne bovina. Se levarmos em conta o período todo, ou seja de 1990 a 2001, este crescimento chega a 425,46% evidenciando o crescimento do setor de exportação brasileiro. Destaca-se que mesmo com a desoneração do ICMS para exportação por meio da Lei Kandir é somente após a mudança cambial no final da década e o período de instabilidade que se instaurou no país, que se nota um forte crescimento das exportações.

Tabela 1. Crescimento das exportações de carne bovina brasileira (US\$ mil)

Ano	Volume	Variação (%)
1990	234.962	
1991	400.522	70,46
1992	566.806	41,51
1993	578.464	2,05
1994	568.518	- 1,72
1995	490.151	- 13,79
1996	438.918	- 10,46
1997	436.391	- 0,58
1998	582.278	33,43
1999	774.634	33,03
2000	768.766	0,76
2001	999.678	30,03
2002	1.111.285	11,16
2003	1.200.000	7,98

Fonte: Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE) – 2004.
 DECON/SFC/MAPA

Diante deste quadro a cadeia produtiva da carne entra em nova etapa. A diferenciação de produtos, a começar pela classificação de carcaças e uma possível remuneração ao pecuarista pela melhor qualidade, certamente tem trazido estímulos para se apresentar um produto que atenda bem aos mercados interno e externo.

Os zebuínos, base do rebanho nacional, e a sua alimentação a pasto, que normalmente eram desprezados no contexto mundial, ganharam um novo “status” por sua condição de baixo risco de contaminação pela encefalopatia espongiforme bovina (EEB) e colocaram em evidência o potencial do chamado “boi de pasto”.

No campo nutricional os avanços tecnológicos revolucionaram a engorda e a terminação de bovinos de corte. Nesse contexto podemos destacar a evolução do número

de animais terminados em confinamento entre os anos de 1992 e de 2001 (ocorre um salto de 825.000 para quase dois milhões de cabeças terminadas em confinamento). Destaca-se, também, o aprimoramento na terminação de animais semi-confinados (1992 – 250 mil cabeças; 2001 – 2.565 milhões de cabeças). Significativo, foi o desenvolvimento de tecnologias capazes de finalizar ou mesmo antecipar a terminação de bovinos de corte sob pastejo (entre os anos de 1992 e 2001 ocorreu um acréscimo de mais de 60% no número de animais abatidos sob o sistema de pastejo, chegando a mais de 1,2 milhões de cabeças)(ANUALPEC, 2002), dispensando o deslocamento de capital para investimentos iniciais em instalações e maquinaria, e minimização das despesas administrativas.

Após o salto tecnológico no processo de intensificação da terminação de bovinos sob pastejo, o objeto de estudo é a maximização dos resultados econômicos dessa atividade, visto que os avanços tecnológicos, ao mesmo tempo que propiciam a elevação do número de animais abatidos durante a entressafra, favorecem a redução do diferencial de preços entre a safra e entressafra, em função da maior oferta de animais no período. Fazendo com isso, que os produtores busquem reduzir seus custos de produção, visto que não podem simplesmente aumentar o preço final de seus produtos, em função de aspectos concorrenciais tanto no mercado interno, quanto no mercado externo.

Na Tabela 2 pode-se observar o crescimento ocorrido no setor de industrialização na bovinocultura de corte, entre os anos de 1992 e 2003. Destacam-se os valores crescentes de exportações de carne *in natura* ao longo do período em questão, indicando a tendência de que o setor vem passando por uma reestruturação objetivando atender melhor os consumidores da carne brasileira, no mercado internacional, como também do mercado nacional. Levando-se em conta os valores pagos pela tonelada de carne *in natura*, por exemplo, no ano de 1992 o Brasil exportou 318 mil t de carne industrializada e obteve uma receita de pouco mais de US\$ 281 mil, no mesmo ano com apenas 124 mil t de carne *in natura* a indústria faturou praticamente o mesmo valor, evidenciando com isso a importância de se agregar valor aos cortes exportados pela indústria brasileira.

Tabela 3.2. Balanço das exportações e importações Brasileiras de carne bovina (em equivalente carcaça)

Ano	Exportações						Importações	
	Industrializada		In natura		Total		Total	
	Mil t ¹	Mil US\$ ²	Mil t ¹	mil US\$ ²	mil t ¹	Mil US\$ ²	mil t ¹	mil US\$
1992	318	281.396	124	283.276	442	564.644	114	103.500
1994	274	287.465	102	268.090	376	555.556	86	111.739
1996	219	236.323	61	194.305	280	430.628	129	175.678
1998	265	296.233	105	276.595	370	572.829	79	156.362
2000	309	251.884	245	503.296	554	755.180	57	98.175
2001	172	145.000	460	674.000	636	819.000	-	-
2002	369	309.960	559	801.325	928	1.111.285	72	82.080
2003 ³	235	182.000	819	1.118.000	1.054	1.300.000	100	85.000

Fonte: FNP/SECEX/DECEX/ABIEC/USDA

¹ mil toneladas equivalente-carcaça; ² US\$/t; equivalente carcaça FOB; ³ ABIEC

Com relação ao Mercosul, observa-se que o cenário continua desfavorável para o Brasil em relação à balança comercial (Tabela 3), porém podemos observar na Tabela 4 que entre 1999 e 2003 o saldo negativo diminuiu, isso se deve em parte ao aumento da competitividade dos produtos brasileiros, ocasionada pela desvalorização do Real no início de 1999, também pela adoção de novas tecnologias por parte dos produtores rurais de forma geral, aumentando consideravelmente as quantidades produzidas e alterando a base de seus custos de produção. Porém no ano de 2002 ocorre novo crescimento no saldo negativo da balança comercial, devido a queda na exportação de setores como papel e celulose, carnes e miudezas, vestuário; e, aumento nas importações de setores como o de cereais, sementes e frutos de oleaginosas, leite, entre outros.

Tabela3. Balança Comercial do agronegócio do Mercosul - 1992 e 2003

(valores em milhões de US\$ - FOB)

Ano	Brasil X Mercosul		
	Exportação	Importação	Saldo
1992	694,6	1.366,7	- 672,1
1993	1.008,2	1.727,7	- 719,5
1994	1.084,1	2.451,6	- 1.367,5
1995	1.303,5	3.468,4	- 2.165,0
1996	1.475,7	3.943,6	- 2.467,9
1997	1.697,2	3.830,3	- 2.133,1
1998	1784,8	4.002,0	- 2.217,2
1999	1.356,3	2.927,3	- 1.571,1
2000	1.153,5	2.912,5	- 1.399,0
2001	1.454,8	2.449,5	- 994,8
2002	674,9	2.243,9	- 1.569,0
2003	944,9	2.461,7	- 1.516,8

Fonte: SECEX/MDIC

Tais fatores foram decisivos para o crescimento das exportações brasileiras, e para as alterações na bovinocultura de corte, intra e extra bloco. Em função de imposição do mercado externo, o Brasil adotou algumas medidas visando o favorecimento das

exportações de carne, que culminaram com a criação do Sistema Brasileiro de Identificação de Origem Bovina e Bubalina (SISBOV), evidenciando a preocupação crescente com o mercado exportador de carne bovina brasileiro.

Como observado, as medidas adotadas pelo governo federal visando o favorecimento das exportações obtiveram resultados positivos no que diz respeito aos volumes exportados de carne bovina. O cenário nacional vem forçando mudanças na cadeia da carne como um todo, que se iniciaram no sistema produtivo e posteriormente culminaram com mudanças na comercialização.

CONCLUSÕES

Baseado no que foi levantado a cadeia de bovinocultura de corte brasileira esta se estruturando para atender o mercado crescente de exportação de carne, através das associações e das alianças mercadológicas que abrangem desde o produtor até os distribuidores varejistas.

Com relação às exportações e importações de carne bovina do Brasil, a década de noventa nos mostra que o país evoluiu muito, exportando cada vez mais, com conseqüentes reduções em suas importações. Alguns fatores favoreceram este quadro, principalmente a partir de 1996, com a Lei Kandir, que desonerou as exportações e em 1999 com a desvalorização do Real, concorrendo com a exploração comercial de carnes brasileiras no cenário mundial.

É possível inferir que a partir do ano de 2000 o cenário mundial ficou muito favorável às exportações brasileiras, decorrentes de alguns acontecimentos, entre eles destaca-se: a) o aumento das áreas livres de febre aftosa no Brasil e as medidas iniciadas para que fossem implantados sistemas de controle da carne bovina produzida no país, procurando atender uma exigência dos mercados externos; b) sucessivas crises de abastecimento mundial provocadas por diversos fatores, entre eles, o aparecimento da encefalopatia espongiforme bovina (EEB) nos rebanhos europeus, foi o que mais favoreceu o aumento da quantidade de carne bovina exportado para o consumidor europeu, em virtude, da carne produzida no Brasil ser quase que exclusivamente originada de animais criados sob o sistema de pastejo; c) crises na Argentina, econômicas e sanitárias (surgimento de surtos de febre aftosa).

O incremento das exportações de carne bovina nos próximos anos deve trazer reflexos para toda a bovinocultura de corte do país. Certamente um primeiro efeito direto do aumento das exportações será a maior sustentação dos preços internos do próprio boi gordo e dos animais de reposição, que por sua vez devem provocar uma melhoria de rentabilidade do negócio como um todo.

As exigências externas, o processo de consolidação de sistemas de controle interno da produção (SISBOV) aliado aos mecanismos de associações e alianças têm produzido nova perspectiva para a produção nacional, apresentando significativo potencial de expansão de exportações e de padrões internos mais condizentes com as exigências sanitárias e de qualidade de carne, embora esteja clara a necessidade de ajustes internos, relativos a uma visão mais sistêmica da cadeia produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUALPEC 2003: anuário da pecuária brasileira. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2003. p. 87-95.

- BELIK, W.; PAULILO, L.F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: Leite, S. (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2001. p. 95-119.
- BRANDÃO, A.; SALAZAR, P.; LOPES, M.R.; PEREIRA, L.V. Uma análise quantitativa dos impactos do Mercosul sobre o Brasil. In: BRANDÃO, PEREIRA (Ed.). Mercosul: perspectivas da integração. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 308p.
- CARVALHO, M.A. Comércio agropecuário brasileiro no Mercosul. Informações Econômicas, São Paulo, v.29, n.6, p.7-22, jun. 1999.
- CERTIFICADORA. SISBOV – rastreabilidade, identificação, certificação, pecuária. Disponível em: <www.certificadora.com.br/sisbov.phd>. Acesso em 28 out 2002.
- IEL, CNA E SEBRAE. Estudo sobre a eficiência econômica e competitiva da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil. Brasília: Ed. Instituto Euvaldo Lodi. 2000. 415p.
- MACEDO, L.O.B. Dinâmicas evolucionárias e coordenação produtiva na bovinocultura de corte brasileira. Informações Econômicas, São Paulo, v.32, n.8, p.28-35, ago. 2002.
- PEROSA, J.M.Y. Coordenação e competitividade na cadeia de carne bovina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas/MG. Anais... Brasília: Suprema, 1998. p. 429-440
- PIGATTO, G.; SILVA, A.L.; SOUZA FILHO, H.M. Alianças mercadológicas: a busca da coordenação na cadeia de gado de corte brasileira. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2, 1999, Ribeirão Preto/SP. Anais..., Ribeirão Preto: Ed. USP, 1999, p. 200-209.
- PINAZZA, L.A.; ALIMANDRO, R. Novo mundo rural. Revista Agroanálises: Piracicaba, v.20, n.4, p.12-26, 2000.
- POLAQUINI, L.E.M. Produtores de bovino de corte: do Sistema Nacional de Crédito Rural a comercialização em mercados futuros. 2004, 166p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia – Criação e Manejo de Animais e Gerenciamento da Produção) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal. 2004.
- PRODUÇÃO DE NOVILHO PRECOCE. Boletim Gado de Corte Divulga, Disponível em <www.cnpqg.embrapa.br>. Acesso em 08 de jan. 2003.
- REVISTA DBO RURAL: balanço da pecuária em 2001 deixa bom saldo e espaço para crescer. São Paulo: DBO Editores Associados Ltda, 2002. n.256, p.13,142, março 2002.
- REVISTA DBO RURAL: produção mundial cresce, em ritmo lento. São Paulo: DBO Editores Associados Ltda, 2003. n.268, p.16 - 19, março 2003.
- REVISTA DEL MERCOSUL. Como supera Brazil las distorsiones del comercio mundial. n.70, 2001. 130 p.
- RIOS, J.A. Associação In: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1986. p.90-92.



ROCHA, J.C.M.C.; NEVES, M.F.; LOBO, R.B. Experiências com alianças verticais na coordenação da cadeia produtiva da carne bovina no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS (NETWORKS) AGROALIMENTARES, 3., INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAIN/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 3, 2001, Ribeirão Preto/SP, Anais... 1 CD – ROOM.

SCHWARTZ, F., ZÜGE, R., FELIX, J. Certificação e rastreabilidade: vamos dar nome aos bois. Disponível em: <www.beefpoint.com.br/bn/espacoaberto>. Acesso em 26 dez. 2003.